



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 759/91

"Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1992 e dá outras providências."

A Câmara Municipal de São Gotardo, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

ART.1º - São Diretrizes Orçamentárias Gerais as instruções que se observarão a seguir, para a elaboração dos Orçamentos do Município para o exercício de 1992.

SEÇÃO I

DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art.2º - Constituem os Gastos Municipais aqueles destinados à aquisição de Bens e Serviços para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art.3º - Os Gastos Municipais serão estimados por serviço mantido pelo Município, considerando-se, entretanto:

I - A carga de trabalho estimada para o exercício, para o qual se elabora o Orçamento;

II - Os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;

III - A receita do serviço, quando este for remunerado;

IV - Que os gastos de pessoal localizado no serviço, serão projetados com base na política salarial do Governo Federal e na estabelecida pelo Governo Municipal para os seus Servidores.

El Glacha

1/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.4º - O Orçamento do Município, abrigará obrigatoriamente:

I - Recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal;

II - Recursos destinados ao Poder Judiciário, para o cumprimento de que dispõe o Art.100 e §§ da Constituição da República.

Seção II

DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art.5º - Constituem as Receitas do Município, aquelas provenientes:

I - Dos Tributos de sua competência;

II - De Atividades Econômicas, que por conveniência possa vir a executar;

III - De Transferências por força de mandamento constitucional ou de convênios firmados com Entidades Governamentais e privadas, nacionais ou internacionais;

IV - De Empréstimos e Financiamentos com o prazo superior a 12 meses, autorizados por Lei específica, vinculados a Obras e Serviços Públicos;

V - Empréstimos tomados para antecipação da Receita de algum serviço mantido pela Administração Municipal.

Art.6º - A estimativa das Receitas considerará:

I - Os Fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

II - A Carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;

III - Os Fatores que influenciam as Arrecadações dos Impostos e da Contribuição de Melhoria;

IV - As Alterações da Legislação Tributária.

Art.7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive o da Contribuição de Melhoria.

§1º - O cálculo para o lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Melhoria, obedecerá à Legislação Complementar Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§2º - Administração do Município dispenderá esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza Tributária e não Tributária.

Art.8º - O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua Legislação Tributária, para o exercício de 1992.

§1º - A revisão e atualização de que trata o presente Artigo, compreenderá também a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade.

§2º - Os esforços mencionados no parágrafo anterior se estenderão à administração da Dívida Ativa.

Art.9º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

SEÇÃO III

DAS PRIORIDADES E METAS

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art.1º - O Município executará como prioridades, as seguintes ações delineadas para cada setor, como seguem:

I - Dep. de Administração
A - Reforma na estrutura administrativa

B - Revisão e atualização das alíquotas fixadas para cada espécie tributária;

C - Treinamento de recursos humanos;

D - Implantação sistema de Computação
D - Implantação sistema de Computação

II - SETOR SOCIAL E SAÚDE

A - Auxílio, através de convênios, a Entidades Filantrópicas;

B - Construção de Postos de Atendimento Médico e Odontológico na Sede e Povoados;

D - Aquisição de Medicamentos para distribuição a População
D - Aquisição de Medicamentos para distribuição a População

Carente;

III - SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A - Ampliação de Rede de Estradas Vicinais e construção de Pontilhões.

B - Construção de Estradas Vicinais e Pontilhões

C - Construção de Estradas Vicinais e Pontilhões

Esforça
MS

e

Cente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

B - Construção Terminal Rodoviário

IV - SETOR URBANO

A - Reurbanizar Áreas no perímetro urbano;

B - Ajardinar Praças;

C - Asfaltar Ruas e Avenidas;

D - Construir Rede de Águas Pluvias;

E - Iluminação de Praças, Ruas e Avenidas.

F - *Construção de Praça*

V - SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

A - Implantação de Rede de Água e Esgoto na sede e Povoados.

VI - SETOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A - Construção e Reforma de Escolas Municipais;

B - Aquisição de mobiliário escolar;

C - Aquisição e distribuição de Material Didático;

D - Aperfeiçoamento na Alimentação Escolar;

E - Construção e criação de núcleos escolares

F - Treinamento de Pessoal

G - *Atividades de recreação*

VII - SETOR DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

A - Construção de Campos e Quadras na Cidade e Distritos;

B - Construção de Área de Lazer

C - Aquisição de Material Esportivo

D - *Atividades de recreação*

VIII - SETOR DE AGRICULTURA

A - Ampliação do Parque de Exposições;

B - Aquisição de Sementes e Adubos para incentivar a Atividade Agrícola

através de distribuição para escolas municipais e hortas comunitárias.

C - Construção Matadouro Municipal

Parágrafo Único - Os Projetos de Execução Plurianual serão incluídos no Plano Plurianual.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.11 - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas da Administração Direta e dos Fundos Especiais, de modo a evidenciar as Políticas e Programas do Governo, obedidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º - Os Servidores Municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de Obras Públicas, das quais possam surgir valorizações nos imóveis, cujos serão recuperados pela Contribuição de Melhoria, buscarão o equilíbrio na gestão financeira da eficiência na utilização dos recursos que lhes forem consignados.

Art.12 - O Orçamento Municipal, poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por Entidades de Direito Privado mediante Convênios, desde que sejam da conveniência do Governo e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art.13 - Não poderão ter aumento real em relação aos Créditos correspondentes no Orçamento de 1991, ressalvados os casos com autorização específica em Lei; os seguintes gastos:

A - De pessoal e respectivos encargos, que poderão ultrapassar o limite de 65% das Receitas Correntes;

B - Transferências, exclusive as relacionadas com o serviço da Dívida e Encargos Sociais.

Art.14 - Na fixação dos Gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos Órgãos Municipais serão considerados as prioridades e metas determinadas no capítulo I, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

SEÇÃO I

DOS FUNDOS ESPECIAIS MUNICIPAIS

Art.15 - Será elaborado para cada fundo especial municipal um plano de aplicação, cujo conteúdo será o seguinte:

I - Fonte dos recursos financeiros, no qual serão indicadas as fontes dos recursos financeiros, determinados em Lei de criação, classificadas nas Categorias Receitas Correntes e Receitas de Capital;

II - Aplicações, onde serão discriminadas:

Escola
RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO

CEP 38.800 - ESTADO DE MINAS GERAIS

A - As ações que serão desenvolvidas através do fundo;

B - Os recursos destinados ao cumprimento das metas das ações, classificados sob as Categorias Econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os planos de aplicação serão parte integrante do Orçamento do Município.


CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.16 - Caberá ao departamento de finanças e orçamento do Município a coordenação da elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei.

Art.17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, 02 DE JULHO DE 1991.


SEIJI EDUARDO SEKITA
PREFEITO MUNICIPAL


EDWIGES HELENA GONÇALVES ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL